

Editorial 2024, v. 48, edição especial de Direito Agrário



Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Editora Chefe

mariacristinavidotte@ufg.br



Leandro Campêlo Moraes

Editor Assistente

campelomoraes@discente.ufg.br



Thiago Henrique Costa Silva

Editor Assistente

thiaghcs@discente.ufg.br



Marilia Araujo Caixeta

Editora Assistente

mariliacaixeta@ufg.discente.br

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), em sua edição especial dedicada ao Direito Agrário, reafirma seu compromisso com a difusão do conhecimento jurídico, promovendo debates essenciais para a compreensão das dinâmicas agrárias, fundiárias e ambientais no Brasil e na América Latina, por meio de estudos interdisciplinares que analisam os desafios e avanços na implementação das políticas agrárias, dos direitos territoriais e do desenvolvimento sustentável.

Os artigos desta edição abordam temas fundamentais para o Direito Agrário, como a reforma agrária, a segurança alimentar, a propriedade da terra e sua função social, os impactos das políticas públicas na agricultura familiar, os conflitos fundiários envolvendo comunidades tradicionais, além de questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e à governança territorial.

No primeiro artigo, Leonardo Alves Correa, Giovani Clark e Frederico Quesado Filgueiras analisam as mudanças institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua transição de um modelo de Estado garantidor do mínimo nutricional para um Estado promotor da soberania alimentar. O estudo investiga os impactos da reformulação do PNAE na aquisição de alimentos da agricultura familiar e na segurança alimentar e nutricional.

Em seguida, Ronaldo Pereira Santos e Raimundo Pereira Pontes Filho discutem os impactos do art. 40-A da Lei n.º 13.465/17 nos projetos de colonização na Amazônia, com foco no Projeto de Assentamento Rio Juma, em Apuí (AM). O artigo analisa as contradições entre o modelo normativo e a realidade socioambiental da região, além dos desafios para a governança fundiária e a sustentabilidade do assentamento.

A relação entre reforma agrária e segurança alimentar é tema do artigo de Cassiane Fortes Bueno e Luiz Ernani Bonesso de Araújo, que investigam o papel dos assentamentos da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP-LTDA), oriundos da reforma agrária, na produção agroecológica e na garantia da segurança alimentar e nutricional dos assentados e da comunidade. O estudo enfatiza a importância das organizações cooperativas para o fortalecimento da agricultura sustentável.

No campo da interdisciplinaridade entre o Direito Agrário, na sua vertente agroalimentar, e o Direito Civil, Vanessa Yoshiura e Ivan Dias da Motta exploram a possibilidade de inclusão do direito à alimentação no rol dos direitos da personalidade, analisando sua fundamentação jurídica e sua relação com a dignidade humana e a formação da personalidade.

A temática da propriedade agrária é analisada por João da Cruz Gonçalves Neto e Thiago Henrique Costa Silva, que apresentam notas introdutórias ao estudo da propriedade no Direito Agrário, abordando diferentes perspectivas teóricas sobre a propriedade e sua função social, destacando alguns problemas

comuns nas abordagens sobre os temas agrários nas pesquisas desenvolvidas em sede de pós-graduação, muitas vezes tendentes ao simplismo ou dogmatismo.

Já Thiago Lemos Possas reconstrói o debate sobre reforma agrária e propriedade privada no Brasil, do constitucionalismo de 1946 à Constituição de 1988, destacando os impactos das mudanças legislativas ao longo desse período e buscando findar a noção do instituto da propriedade como único meio de realização de uma reforma feita em consonância com o constitucionalismo atual.

Os conflitos fundiários envolvendo as identidades e territorialidades dos povos e comunidades tradicionais são tema do artigo de João Vitor Martins Lemes, que destaca a Constituição democrática de 1988 como marco inicial de movimentos substantivos para reparação dos processos de subjugação aos quais foram submetidos esses sujeitos. Entretanto, reconhece as dificuldades na efetivação destes direitos, gerados pela não compreensão das diversidades culturais nos processos políticos e jurídicos estatais, motivo pelo qual investiga o papel dos laudos antropológicos em processos judiciais, analisando sua importância na garantia dos direitos territoriais desses grupos frente ao direito estatal moderno.

A relação entre direito à moradia e proteção ambiental é debatida por Martiane Jaques La Flor, que questiona a efetividade do equilíbrio entre esses dois direitos constitucionais à luz de políticas públicas como REURB e More Legal, e sua possível flexibilização das normas ambientais. O estudo analisa a forma como tais programas de regularização fundiária têm sido aplicados e suas consequências para a proteção ambiental, observando se, ao promoverem o direito à moradia, acabam por fragilizar mecanismos de preservação ecológica. Além disso, a autora examina decisões judiciais e normativas que ilustram a tensão entre expansão urbana e sustentabilidade, bem como alternativas para garantir a harmonização entre esses direitos fundamentais.

Diante de uma perspectiva histórica, Paulo Henrique Faria e Eriberto Francisco Bevilaqua Marin traçam um panorama da evolução do Direito Agrário brasileiro, analisando a legislação fundiária

desde a Lei de Terras de 1850 até as políticas contemporâneas de reforma agrária e regularização fundiária. O artigo investiga como a concentração fundiária, fomentada por legislações históricas, moldou o atual cenário de disputas agrárias no Brasil, destacando momentos-chave como a criação do Estatuto da Terra em 1964 e os desafios da implementação de políticas de redistribuição de terras ao longo das últimas décadas.

Juan Daniel Carvajal Gonzalez aborda a dimensão educacional no contexto do Direito Agrário, ao explorar a relação entre educação inclusiva e o conceito de não violência, analisando como a exclusão no ensino pode ser combatida por práticas pedagógicas voltadas à justiça social. O estudo enfatiza o papel da educação como ferramenta para a construção de uma sociedade mais igualitária, destacando a importância de metodologias que promovam a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como camponeses, indígenas e quilombolas.

No campo do Direito Constitucional, Adenevaldo Teles Júnior e Marcelo Fernandez Osco analisam o julgamento do Marco Temporal das Terras Indígenas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), investigando se a decisão reflete um pensamento jurídico colonial ou uma real efetivação dos direitos territoriais indígenas. O artigo revisita a fundamentação da tese do marco temporal, seus impactos para as comunidades indígenas e a maneira como o STF abordou o tema em seus julgamentos de 2009 e 2023. Os autores questionam se o posicionamento da Corte realmente rompe com estruturas coloniais de ocupação territorial ou se ainda reproduz lógicas que limitam a autodeterminação dos povos originários. O estudo também traça um comparativo com experiências internacionais de reconhecimento de direitos indígenas, problematizando os desafios para a efetivação desses direitos no Brasil.

Por fim, o artigo de César Alejandro Cardona Duque examina os conflitos ambientais na Colômbia após os Acordos de Paz de 2016, com um estudo sobre a região de Antioquia, e os desafios para a resolução dos conflitos socioambientais no país. O autor analisa como a desmobilização das Forças Armadas Revolucionárias da

Colômbia (FARC-EP) afetou as disputas por território, revelando novas dinâmicas de ocupação da terra e exploração de recursos naturais. O artigo discute a atuação de novos grupos armados, a permanência de desigualdades estruturais e os entraves à implementação de políticas ambientais e agrárias no período pós-acordo.

Com esta publicação, a Revista da Faculdade de Direito da UFG reafirma seu compromisso com o debate jurídico qualificado e a promoção de reflexões críticas sobre o Direito Agrário e socioambiental. Agradecemos aos autores, avaliadores e leitores por contribuírem para esta edição e desejamos uma excelente leitura.

Os Editores.